



Grupos de Encontro

FNAS – 2017

Grupo de Encontro	Sensibilização/Informação
Data	16-01-2017
Participantes	Luis Lourenço – OF Sílvia Sousa – MDN Joana Reis – PSP Joaquim Oliveira Lopes – CCISP Jannah van Sloaten – FPCCSIDA Paula Costa – FPCCSIDA Otilia Queirós – UMP Fátima Osório – AA Rui Lima – DGE Isabel Elias – CIG Teresa Barroso – CCISP Nuno Cardoso – OF Helderyse Rendall – CNJ João Sardica – ARS Alentejo Alexandra Meneses - ISS Vitor Silva – SICAD Raul Melo – SICAD, secretariado permanente do FNAS Natacha Torres da Silva - SICAD, secretariado permanente do FNAS

Sumário

Após a apresentação dos participantes, da contextualização e da apresentação das conclusões e das linhas de ação propostas no âmbito dos Grupos de Encontro de 2014, a representante dos AA começou por sublinhar a importância de dirigir a informação ao público em geral no suporte a quem sofre diretamente de PLA, referindo-se ao compromisso que até aqui tinham assegurado e que pretendiam continuar a desenvolver.

A FPCCSIDA refere por seu turno que o compromisso se inseriu naquilo que faz parte da intervenção habitual da fundação. Consideram que estruturaram conhecimento ao produzirem com jovens um folheto, ainda que mais abrangente do que apenas os CAD. Foi igualmente referido um trabalho de parceria com as escolas, sobre o qual foi mencionado um desejo de maior abertura a outras entidades (no âmbito do álcool, de outras dependências e da promoção da saúde) e conseqüentemente a necessidade de formação para poder proporcionar uma maior eficácia dos interventores.

A representante do CCSISP reviu o compromisso do ciclo anterior, referente a três levantamentos junto de estudantes do instituto politécnico – o que se investiga, o que se ensina



e que projetos se desenvolve. Partilhou com os presentes que os números referentes aos dados recolhidos ficaram bastante aquém do esperado, revelando que a resposta a essa dificuldade seria agora centrar as energias no envolvimento de mais escolas na recolha de informação. Aproveitou igualmente a ocasião para salientar a importância da aquisição de conhecimentos como base de expectativas e perceções e referiu a esse propósito um *quizz* referente aos problemas ligados ao álcool e às suas consequências – no âmbito do “parar para pensar” que é gerador, no seu entender, de mudanças ao nível do comportamento e não só ao nível do conhecimento. Finalmente refere que muitos dos profissionais ligados à área académica não têm como prioridade a promoção do conhecimento sobre o impacto do álcool na saúde e muitas vezes essa tarefa tem sido assegurada pela indústria que, ao nível da formação de profissionais da hotelaria e restauração tem produzido manuais úteis ao nível do serviço.

Foi referido que, dentro das entidades que recebem financiamento para o fazer, o IPDJ estaria em processo de propor que se integrassem conhecimentos úteis sobre o álcool no âmbito de campos de férias.

A propósito também da importância de informar, o representante da OF menciona o projeto Geração Saudável, em que uma equipa de finalistas de mestrado ou recém-licenciados se torna agente informativo de grandes tópicos da promoção da saúde, designadamente a diabetes, o uso adequado do medicamento e as dependências. A avaliação, a introduzir no novo compromisso, é feita com base na aquisição de conhecimentos “pré-pós” e são entregues aos alunos materiais impressos e vídeos. As ações são financiadas 20% por parceiros externos.

Foi referido que o Instituto Politécnico de Setúbal tem desenvolvido ações de sensibilização por pares em colaboração com o PRI de Setúbal no que diz respeito a formação de pares para intervir na semana académica, embora não tenha havido ainda oportunidade para fazer avaliação das ações, estando a planear-se integrar esta componente em trabalhos futuros.

Por seu turno a CIG menciona que o seu compromisso no segundo ciclo está enquadrado no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014-2017, no qual está prevista a elaboração dos Guiões de Educação Género e Cidadania, documentos de orientação pedagógica, que constituem uma iniciativa da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), apoiada pelo POPH, através do Eixo 7 – Igualdade de Género, ao nível da sua conceção e da sua publicação. Nele estão inseridos conteúdos para os quais se faz alguma sensibilização, como é o caso do consumo de álcool e as suas consequências, fatores de risco e fatores de proteção.

O CNJ refere que do seu lado foi desenhado e implementado o ComSUMOS Académicos, um projeto de responsabilidade social do CNJ e das organizações de estudantes do ensino superior na área dos estilos de vida saudáveis, especificamente na área da prevenção do consumo nocivo de álcool e promoção do desporto e exercício físico no ensino superior, promovendo-se ações de sensibilização do consumo nocivo do álcool e promoção do desporto, promovidas pelas Federações e Associações Académicas, que são também uma oportunidade para recolher os dados respeitantes sobre o estudo sobre consumos e estilos de vida dos estudantes do ensino superior. Acrescentam que presentemente a reflexão está a girar em torno da necessidade de o repensar e de incidir também na partilha de boas práticas nas semanas académicas no que concerne à redução de riscos, nomeadamente a elaboração de um manual de boas práticas para



a organização dos eventos, estendida à promoção de espaços, dispositivos. Intervenções nas universidades e não apenas nas semanas académicas.

A ARS Alentejo sublinha, neste ponto a importância das parcerias, que têm especial relevância no âmbito dos conselhos municipais de segurança. Em qualquer dos casos, é destacada a necessidade de articulação do trabalho das diversas valências, para não se cair em extremos de mensagens que se poderão considerar contraditórias (no caso de projetos de intervenção respeitantes à promoção da saúde, que podem colidir com promoção de iniciativas respeitantes à promoção de produtos vitivinícolas).

Foi sugerido, pelos presentes, em particular pelo CCSISP que, para um bom trabalho em rede deveria ser essencial a disseminação alargada dos produtos dos compromissos do FNAS e que uma das formas de o fazer poderia ser fazer uma exposição dos materiais-produtos no dia da reunião plenária.

Por outro lado o secretariado permanente questiona os presentes sobre o nível de execução das sugestões providas do grupo de encontro informação/sensibilização de 2014. Foram adotadas? Foi produzida informação mas não chegou ao conhecimento dos restantes?

A DGE menciona que há ainda um longo caminho a percorrer no que toca ao trabalho de rede, até por nem sempre haver uma rentabilização do que já existe e de nos depararmos com algum desencontro entre parceiros, designadamente autarquias, famílias e escolas, que, no seu entender, continuam a trabalhar muito na remediação, direcionada para a presença do álcool nas escolas e sem se forçar numa verdadeira política de promoção da saúde de âmbito regional/local, que impeçam, por exemplo, que sejam abertos novos estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas perto das escolas.

Foi também visada a importância do potencial do *microsite* FNAS (antes Diretório do Álcool) que poderia ser potenciada se todos os membros do FNAS se comprometessem a publicitar o *link* no seu site institucional.

O CNJ enfatiza a importância do trabalho de *advocacy* e a necessidade do envolvimento das presidências para garantir que a *advocacy* tenha desenvolvimento, para além da mais-valia de integrar a sustentação nos dados para que a *advocacy* tenha impacto.

Nesse sentido foi enfatizada a importância de solicitar em contexto do GE a produção científica que possa ser organizada em informação de suporte ao trabalho de *advocacy*.

Por outro lado, em termos de mensagens para os restantes grupos, a reflexão sobre a sensibilização/informação procurou ir ao encontro da sua função operativa, em termos do que são os seus pontos fortes/limitações:

Pontos Fortes:

- preparar o terreno para a prevenção
- permitir informar com suporte técnico
- produzir síntese de dados



- produzir pensamento útil
- permitir pôr o assunto em adenda
- facilitar o ajuste bottom-up da informação

Limitações:

- não ser suficiente para mudar comportamentos
- a sua eficácia depende da pertinência da intervenção.
- requer coerência e complementaridade com outras áreas

Lisboa, 13 de março de 2017

O Secretariado Permanente do FNAS